

AE  
CELTEJO

SITESE / FETESE

- Aos trabalhadores da Celtejo -

## AFINAL, O QUE QUER A EMPRESA?

Ao fim de mais duas reuniões de negociação, continuamos sem entender o que quer a administração da Celtejo, porquanto as suas afirmações são frequentemente contraditórias, as suas propostas não estão fundamentadas e, quando questionados sobre valores ou efeitos concretos e esperados, refugiam-se em declarações generalistas e sem conteúdo prático. Para já, parecem visar apenas reduzir custos com os trabalhadores, procurando retratar-se da afirmação efetuada na primeira reunião e por nós reproduzida no último comunicado: "a viabilização da empresa não passa pela redução de salários e regalias dos trabalhadores".

Quando tentámos separar "o trigo do joio" e solicitámos à empresa que nos indicasse duas ou três questões que considerava essenciais para a garantia do futuro da empresa, apresentou-nos a seguinte listagem:

1. Alteração do período normal de trabalho semanal de 39 para 40 horas;
2. Adaptação dos regimes de feriados, de trabalho suplementar e de descanso compensatório contemplados no AE às correspondentes disposições do Código do Trabalho, por remissão, de modo a que sejam observadas as que vigorarem quando qualquer desses regimes deva ser aplicado;
3. Eliminação do crédito de 24 horas ano para faltas ao trabalho;
4. Reformulação do regime de pagamento de feriados aos trabalhadores de turno;
5. Eliminação do regime especial de subsídio de refeição TAB I;
6. Eliminação do prémio de chamada;
7. Eliminação do prémio de risco;
8. Eliminação dos subsídios de casamento e funeral;
9. Eliminação, do texto do Acordo de Empresa, do Plano de Pensões - Regime de Complemento de Reforma.

Perguntámos então quais as contrapartidas que a Celtejo estava disposta a dar para tão grande eliminação de direitos e regalias, com implicação direta na retribuição? Resposta: NADA, nem sequer um pequeno aumento salarial que amenizasse tudo o que pretendem retirar.



Bem entendido, este caminho só pode levar ao encerramento das negociações, o que por vezes parece ser aquilo que a empresa pretende. De qualquer forma, voltámos a insistir: daquelas nove medidas, quais são as duas ou três que consideravam essenciais? A resposta não tardou: as consignadas nos pontos 1, 4 e 9, mas sem prescindir de todas as outras. Contrapartidas? Nenhuma!

Noutras circunstâncias, se a situação política e económica não fosse tão adversa, já esta atitude prepotente teria recebido a resposta adequada e já os teríamos deixado ficar a "falar sozinhas". A prudência leva-nos pois a tentar explorar a via negocial até aos seus limites. Mas não nos pode levar a capitular e a aceitar as atitudes prepotentes e ideológicas de quem mais parece preocupado com um ajuste de contas com o 25 de Abril do que com outra coisa qualquer.

Se a empresa passa por dificuldades, elas têm de ser demonstradas e comprovadas. Da nossa parte há disponibilidade para fazer os ajustes que se mostrem necessários, mas que não têm de passar nem passarão pela redução do rendimento mensal dos trabalhadores. As medidas legislativas anunciadas pelo Governo já se traduzem em mais trabalho e menos rendimento para os trabalhadores, transferido directamente para as empresas e para o fisco. Não há razão alguma que nos indique ser necessário, na Celtejo, aumentar essa transferência, reduzindo o rendimento dos trabalhadores e aumentando o lucro dos patrões.

De qualquer forma, vamos continuar a explorar a via negocial e, se algum entendimento vier a surgir, os trabalhadores serão chamados a pronunciar-se sobre ele, assumindo cada um as suas próprias responsabilidades.

A próxima reunião ficou agendada para 19 de Março e espera-se que no seu decurso a situação se clarifique, seja no sentido de um entendimento ou de uma rutura.

Lisboa, 5 de Março de 2012

A DIRECÇÃO